

RELATÓRIO GLOBAL DO CONTROLE INTERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA AZUL DO NORTE EXERCICIO DE 2017

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte

GESTOR: Renan Lopes Souto

EXERCÍCIO: 2017

PERÍODO: Janeiro a Dezembro

CONTROLADORA: Leidiane Sales Pereira

INTRODUÇÃO

Com base no art. 75 da Lei 4320/64, art.64 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCM/PA, nos artigos 31,70,74 e 75 da Constituição Federal e na Resolução 003/2016/TCM-PA, apresenta-se o relatório de Controle Interno, parte esta integrante da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte, a qual tem como Gestor responsável o senhor Renan Lopes Souto.

O Controle Interno é de responsabilidade da Controladora Interna Leidiane Sales Pereira, onde atua de forma preventiva, através da emissão de análises, diagnósticos, orientações e recomendações com vistas ao cumprimento das determinações legais com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, obras e serviços públicos, visando à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e tecnologia da informação, proporcionando apoio à alta administração na aplicação de recursos públicos quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

ABORDAGEM DO RELATÓRIO

Avenida Lago Azul, s/n, Centro, Água Azul do Norte-PA, CEP.: 68.533-



Este relatório de análise de contas consiste no controle da execução orçamentária, patrimonial, financeira e operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus mais diversos níveis, o qual conterá o parecer conclusivo sobre as contas e avaliações sobre os seguintes aspectos:

- I- Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;
- II- Resultados quanto à eficiência e à eficácia da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial;
- III- Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;
- IV- Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações em serviços públicos de saúde, com a especificação dos índices alcançados;
- V- Medidas adotadas para proteger o patrimônio público;
- VI-Licitações e Contratos Administrativos, Dispensas e Inexigibilidade de Licitação;
- VII- Reserva de Contingência;
- Considerações Finais

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão como objetivos:

- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rápido possível;
- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento que se exerce através de relatórios e informações dos auxílios de controle interno de cada setor;
- Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;

•



- Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção aos registrarem-se as operações.

I- CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA

No Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018 a 2021, foram buscadas metas e objetivos a serem avaliadas, no limite de suas possibilidades técnicas, a eficiência e a eficácia durante a execução dos Projetos, Atividades e Ações.

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Assim, procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas compatível com os recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita, da despesa e da entrada e saída de recursos financeiros.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro e que orientou a elaboração da LOA.

II- RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

O balanço financeiro demonstra o recebimento e o pagamento da natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorrido no exercício de 2017, conjugada com o saldo em espécie proveniente do exercício anterior, e o se transfere para o exercício seguinte.

Avenida Lago Azul, s/n, Centro, Água Azul do Norte-PA, CEP.: 68.533-



CNPJ: 34.671.057/000-34

A Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, temos que a LOA configurou-se em nosso município como um instrumento de planejamento em relação a estimativa de receita e despesas.

A Elaboração do Orçamento para o exercício de 2018 a 2021 foi observada quais eram as demandas existentes no Município e as providências para os eu equacionamento combinadas aquelas definidas no PPA e na LDO.

A Receita foi elaborada mensalmente com base na análise do comportamento da receita por receita; nas indicações e orientações dos técnicos; nas indicações com base na receita realizada no ano interior e nas informações das receitas vinculadas estimadas.

A Fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar as indicações baseadas nas despesas fixas, tais como : folha de pagamento, encargos, energia, contratos e etc. ; indicações dos técnicos que trabalham diretamente cm a geração de despesas; informações oriundas das receitas vinculadas estimadas, dentre outras.

OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA A INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR, BEM COMO DOS LIMITES E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

As despesas realizadas, distribuídas por Sub Unidades Orçamentárias no exercício de 2017, ficaram assim representadas:

SECRETARIAS /	DOTAÇÃO ATUAL	EXERCICIO DE 2017		
DEPARTAMENTOS	2017	EMP	LIQ	Saldo
Sec. Mun. De Administração	21.440.437,40	16.691.719,05	16.691.719,05	4.748.718,35
Fundo Municipal	3.434.283.16	2.970.196,76	2.969.898,34	464.086,40



CNPJ: 34.671.057/000-34

Assistência Social				
Fundo Municipal de Educação	5.357.849,59	4.163.760,09	4.163.734,09	1.194.089,50
Fundeb	16.413.358,79	12.682.145,24	12.658.492,77	3.727.213,55
Sec. Mun. De Saúde	15.560.873,22	12.577.778,19	12.577.778,19	2.983.095,03
Repasse Câmara Municipal	2.076.719,23	2.001.703,03	2.001.703,03	75.016,20

Fonte: Sistema Contábil- Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada- Por Órgão.

IV- APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, BEM COMO EM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE 2017				
Títulos	Valor			
Receitas recebidas no exercício	R\$ 10.642.726,50			
Percentual Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos).	30,43%			

Conforme pode ser observado os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido em Lei.



CNPJ: 34.671.057/000-34

Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

TITULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício	R\$ 10.463.692,94
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério	R\$ 7.757.771,93 ou seja 74,52%

Conforme observado os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superam o limite de 60% conforme a determinação da Lei, ou seja, foram gastos 74,52%.

Aplicação dos Recursos nas Ações e Serviços Públicos de saúde deverá se de no mínimo 15% (quinze por cento) do limite arrecadado dos impostos de transferências.

TITULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício	R\$ 5.362.759,46
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais da Saúde.	15,33%

No exercício de 2017 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal.



No exercício de 2017 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos da Assistência Social, com recursos próprios, o valor de R\$ 1.846.406,14.

V- MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Agua Azul do Norte, vem trabalhando no sentido de adequar o controle patrimonial da Prefeitura, bem como, existe o acompanhamento dos servidores destinado ao Patrimônio através de nomeações. Sendo feiro assim o acompanhamento das identificações numéricas dos equipamentos novos, baixa dos equipamentos inservíveis e dentre outro. O Controle Interno entende que estes mecanismos são de suma importância, objetivando a proteção do patrimônio público.

VI- LICITAÇOES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIADADES DE LICITAÇÃO

Para a realização de análises, verificações e fiscalizações de todos os procedimentos técnicos, referente a licitações e contratos administrativos, foi instituída uma CPL (Comissão Permanente de Licitação) através dos decretos 014/2017, 053/2017 e 054/2017. A comissão tem profissionais habilitados e capacitados para realização dos certames.

Os registros cadastrais, são realizados da seguinte forma: o licitante comparece com os documentos necessários, entrega para comissão Permanente de Licitação, para devida avaliação e posteriormente é emitido cadastro.

No decorrer do exercício de 2017, as modalidades de licitações realizadas de acordo com o órgão responsável, são pregão presencial, tomada de preço, inexigibilidade, registro de preço, adesão de ata e concorrência.



CNPJ: 34.671.057/000-34

Para fins de respeitar as exigências da Lei nº 8.666/93, assim com a própria Constituição Federal, em relação a divulgação e publicação, as modalidades estão devidamente divulgadas e publicadas.

VII- RESERVA DE CONTINGÊNCIA

A Lei Orçamentaria Anual do exercício de 2017 contemplou a reserva de contingência, cuja forma para utilização foi estabelecida na Lei de Diretriz Orçamentária, não havendo nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle Interno do Município companha a Gestão Fiscal que trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificação quanto aos procedimentos operacionais, atendendo os princípios constitucionais, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência dos atos da gestão.

A responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração nos termos da Constituição da República, nos Arts. 31 e 74, sendo assim responsável por auxiliar hierarquicamente cada chefia.

A Unidade do Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos auxiliares de controle interno de cada setor, em observância dos princípios do Controle Interno.

Este relatório além de ser uma exigência do Tribunal de contas com legislação especifica, é um relatório que propicia as ações públicas em beneficio a sociedade, onde procurou demonstrar a avaliação da Gestão Administrativa do Governo Municipal.

Os atos da gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatados atos ilegais oi ilegítimos que possam Avenida Lago Azul, s/n, Centro, Água Azul do Norte-PA, CEP.: 68.533-



CNPJ: 34.671.057/000-34

comprometer as contas do ordenador de despesas, porém com pequenas infrações a serem sanadas.

Assim, a prestação de contas do exercício serão protocolada até dia 30/03/2018, via SPE, sendo totalmente de forma eletrônica.

Agua Azul do Norte, 19 de Março de 2018.

LEIDIANE SALES PEREIRA

Controladora Interna

Decreto nº 010/GPMAAN/2018



CNPJ: 34.671.057/000-34